

CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO RURAL CISTERCIENSE – ANTIGA QUINTA DO GRANJÃO

Maria do Céu Simões Tereno*

Introdução

Este Seminário Internacional, proporcionou-nos a oportunidade de alargar o âmbito do estudo do património arquitectónico das granjas cistercienses que iniciamos, em 1998, ano do IX Centenário da Fundação da Ordem Cisterciense, na área do Mosteiro de Alcobaça, para as granjas cistercienses na Beira Douro. Vamos tomar como ponto de partida, o Mosteiro de S. João de Tarouca e, na área deste, uma das suas mais antigas granjas, designada por Quinta do Granjão.

Nos trabalhos já realizados sobre diversas granjas pertencentes ao Mosteiro de Alcobaça confirmamos características da arquitectura cisterciense que são geralmente reconhecidas, como a simplicidade, a funcionalidade, a durabilidade e a economia o que nos remete de forma directa para os princípios enunciadas por Vitruvio¹.

Nos estudos sobre granjas, iniciados na área do Mosteiro de Alcobaça, um aspecto de muito interesse se salientou, o da forma como os monges desta Ordem transmitiram, através da sua arquitectura, a ideia da espiritualidade da sua maneira de viver.

Arquitectura sóbria, de linhas bem definidas, identificada com o seu tempo e ambiente, com modelos adoptados pela Ordem com adaptações aconselhadas pelas condições físicas e ambientais, satisfazia, com eficiência, a sua finalidade útil, contribuindo para a sua vida austera. Mesmo nos trabalhos agrícolas, só falavam entre si, o indispensável.

Ao estudar os espaços em que se desenvolveu a vida quotidiana dos monges temos percepção da influência da sua vida espiritual nas obras que produziram, mesmo em obras de menor expressão arquitectónica, como foi o caso das granjas.

Para a sua aproximação a Deus, esta Ordem nascente, adoptou princípios estabelecidos nos Estatutos, anteriores a 1134², que contribuíram para uma maior ascese, em relação à vida monástica de ordens anteriores, adoptando uma vida de isolamento, de austeridade e de trabalho árduo para a sua subsistência.

Esta Ordem, além da sua acção religiosa, distinguiu-se pelas acções criteriosamente orientadas para o desbravamento dos terrenos atribuídos, e adquiridos, que propiciaram a fixação da população, acompanhado de um desenvolvimento que poderemos designar por agro-industrial.

Esta actividade agro-industrial foi realizada através de uma rede de granjas para a exploração agrícola e para a transformação dos produtos recolhidos,

¹ Vitruvius, – *The Ten Books on Architecture*, traduzido por Morris Hicky Morgan, Londres, 1ª Edição 1960, p. 13-16 e p. 190

² Segundo o ponto V destes *capitula*, onde se refere que a alimentação/ sustento dos monges: “deve provir do trabalho das suas próprias mãos, do cultivo das terras...” Cf. Aires A. Nascimento (ed.), *Cister - Os Documentos Primitivos*, Lisboa, Edições Colibri, 1999, p.82, e também *Cîteaux- Documents Primitifs* – Frère François Place, *Commentarii Cistercienses*, 1988, p. 131, Chapitre XV – Provenance de la subsistence des moines.

que representou um património de grande dimensão, espalhado pelo país, fundamentalmente associado aos conventos e mosteiros da Ordem.

Notamos também o cuidado na implantação geográfica dos mosteiros que correspondeu, da melhor forma, aos princípios estabelecidos pela Ordem, nos domínios espiritual e económico, com contributo válido para o municipalismo em desenvolvimento através da criação de novas povoações³.

Assim, localizaram os seus mosteiros em zonas desocupadas, e procuraram dotá-los de uma área apropriada para uma fecunda exploração agrícola que os tornasse, tanto quanto possível, independentes dos poderes temporais.

É neste quadro, definido com pinceladas largas, que encontramos as granjas cistercienses, incluindo-se neste âmbito a imprecisão que parece existir acerca do significado pleno do termo granja⁴.

Pode admitir-se que os conjuntos edificados das granjas, procuravam corresponder às necessidades concretas de cada uma.

No conceito de Almeida Fernandes havia dois tipos de granjas, umas de tipo inferior, destinadas exclusivamente à exploração agrícola, e podiam ser arrendadas, e outras de tipo superior, com mestres granjeiros, que considerava como centros de cultura intelectual, dotadas de carta de povoação, que deram origem a algumas povoações, e que, dessa forma, apoiavam o espírito comunitário e o municipalismo⁵.

As granjas de tipo inferior teriam as estruturas edificadas orientadas apenas para as necessidades de habitação e da exploração agrícola, e as de tipo superior, além destas estruturas, teriam também as necessárias à função de educação, tanto do ponto de vista agrícola (escolas de agricultura) como do ponto de vista moral e cultural, podendo então ser dotadas com capela.

A exploração das granjas⁶, foi desenvolvida pelos monges cistercienses⁷, inicialmente agricultadas pelos próprios, tal como estava estipulado no Exórdio de Cister. Mas, com o cada vez maior número de granjas e quintas e com a escassez de mão de obra de irmãos conversos, a partir do século XIV, os monges passaram a arrendar os terrenos a colonos⁸.

³ A. Almeida Fernandes, “ Acção dos Monges Cistercienses de Tarouca”, Revista de Guimarães, nº 83, 1973, p. 7

⁴ A. Almeida Fernandes, *ob. cit.*, p.18 e Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e hoje regularmente se ignoram*, 2 vols. 1775, pp. 17-18

⁵ A. Almeida Fernandes, *ob. cit.*, p.22 e p.7, e M^a del Pilar Rodríguez Suárez y Mercedes Vásquez Bertomen, “ Aproximación a las Granjas de Oseira a la Luz de la Documentación de los Siglos XII-XIV”, *Actas do Congresso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia y Portugal*, Vol. I, Ourense, 1992, p.245, em que o conceito atrás referido aparece expresso do seguinte modo : “ Las granjas son una entidad de explotación agraria, sino también el centro de la administración del monasterio para un territorio.”

⁶ Granjas entendidas como unidades de produção, para utilizar uma designação de Pedro Gomes Barbosa, *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central*, Lisboa, 1992, e Maria do Céu S. Tereno, em “ Arquitectura das Granjas Monásticas do Mosteiro de Alcobaça – Notas sobre a Arquitectura e Organização Funcional da Granja do Vimeiro”.

⁷ Parece no entanto não terem sido os monges cistercienses, a implementar esse tipo de explorações agrícolas, já que a Ordem que Cister reformula, a Ordem Beneditina, tinha também o referido tipo de explorações, cf. Georges Duby, *Senhores e camponeses*, Lisboa, 1989, pp.122-131

⁸ Bernardette Barrière “ Les Patrimoines Cisterciens en France – du faire valoir direct au fermage et à la sous traiteince”, “*L'Espace Cistercien*”, Leon Pressouyre (ed.), Paris, 1991, p.47, e Jávier Pérez-Embuid Wamba, “ Le Modèle Domanial Cistercien dans la Península – Ibérique “, “ *L'Espace Cistercien*”, Leon Pressouyre (ed.), Paris, 1991, p. 151, e Iria Gonçalves,

A lenta decadência do recrutamento de irmãos conversos, destinados essencialmente aos trabalhos agrícolas, deve-se a condições sociais de maior estabilidade e de riqueza, que se reflectiram negativamente na gestão das granjas⁹. Assim, da exploração directa das granjas sob o controlo do mosteiro, passou-se ao sistema de arrendamento, de controlo mais moderado por parte do mosteiro, até à mudança da propriedade de parcelas da granja para rendeiros¹⁰. Estas mudanças tiveram, certamente, reflexo na estrutura das granjas com redução das suas capacidades, por dispersão da produção por várias unidades independentes¹¹.

Os monges continuavam, no entanto, a prestar o auxílio necessário, nomeadamente no que respeita à adequação das culturas aos respectivos terrenos, ao tratamento a dar aos pomares, e a todas as actividades relacionadas com a agricultura. Não se restringia o apoio prestado, apenas a estes aspectos, os monges forneciam ainda as ferramentas necessárias, fabricadas nas suas ferrarias, os moinhos, os lagares, os fornos de pão, para poderem ser utilizados pelos colonos, mediante um tributo estabelecido.

A importância que as granjas tiveram no desenvolvimento agrícola do território é inegável e já na altura se podia considerar que desempenhavam o papel de verdadeiras “ escolas agrícolas”¹², mesmo através do exemplo que eram para os agricultores próximos.

Para o bom funcionamento nas granjas criaram os monges regras muito específicas de comportamento, para utilização dos irmãos conversos, nomeadamente quanto ao silêncio a manter durante a execução dos trabalhos.¹³

As granjas situavam-se a cerca de um dia de marcha dos mosteiros, para evitar a dispersão dos monges em pequenos priorados isolados e para permitir que quem trabalhava nas granjas regressasse aos Mosteiros, para a celebração das cerimónias dominicais, ou nos dias de festa¹⁴.

“ Custos de Montagem de uma Exploração Agrícola Medieval “ – *Imagens do Mundo Medieval*, Lisboa, 1988, p. 219, e ainda José Mattoso, *História de Portugal – A Monarquia Feudal, 1096-1480*, Vol.II, Lisboa, s/d, p. 183, onde surge a seguinte referência : “ Alguns deles, como os Cistercienses, praticavam a gestão directa, usavam o trabalho manual dos conversos – uma mão de obra gratuita -, entravam a fundo na economia de produção e de troca, edificavam granjas perto das estradas e encruzilhadas, estudavam a melhor maneira de conservar os géneros para não se deteriorarem, compravam terras sem cessar.”

⁹ Ainda no início do século XIV, de acordo com Iria Gonçalves, *O Património do Mosteiro de Alcobaça, nos séculos XIV e XV*, Lisboa, 1989, p.142, os frades conversos procediam ao trabalho da terra com as suas mãos, e administravam as explorações agrícolas.

¹⁰ Iria Gonçalves, *ob. cit.*, p. 159

¹¹ Já que, sendo as granjas, parcelas da reserva senhorial, de dimensões bastante grandes, constituíam propriedades concentradas, e cada qual uma unidade de exploração, como refere Iria Gonçalves, *ob. cit.* p. 178.

¹² José Pedro Saldanha Oliveira e Souza, *Subsídios para a História da Agricultura em Portugal*, Lisboa, 1929, p.40. Este autor considera ainda que as granjas de Cela do Vimeiro, da Maiorga, de Turquel, Valado dos Frades e Évora, foram verdadeiras escolas agrícolas.

¹³ Aires A. Nascimento, *Cister: Os Documentos Primitivos – No Centenário da Fundação de Cister*, Lisboa, 1999, p. 95

¹⁴ Dom Maur de Cocheril, *Alcobaça, Abadia Cisterciense de Portugal*, Lisboa, 1989, p.27, e Vicente-Angel Alvarez Palenzuela, *Monasterios Cistercienses en Castilla (Siglos XII-XIII)*, Universidad de Valladolid, 1978, p. 56, onde refere que :” La manifestación más clara del temor que inspira la tendencia centrífuga de las granjas es le preocupación que demonstra el Capítulo sobre la existencia de altares en las mismas, seguramente porque la posesión de altar en que se celebran los oficios podía ser tomado como símbolo de la autonomía de la granja que

A ordem Cisterciense, fortemente estruturada e hierarquizada, estabeleceu um plano (o plano cisterciense)¹⁵ para a construção dos seus mosteiros, caracterizado por uma profunda austeridade, que seguiu com rigor na maior parte dos casos.

Pode admitir-se que um conceito aproximado influenciasse a construção das suas granjas¹⁶, mas as vicissitudes por que esta Ordem passou em Portugal, ao longo da sua história de cerca de 690 anos, conduziram ao desmembramento das granjas e grave deterioração da maior parte das suas estruturas. Por este motivo, raramente se encontram as estruturas completas das granjas.

Aquelas granjas dispunham, normalmente, de dois tipos de edificações: umas destinadas á instalação dos irmãos conversos, como cozinha, refeitório, calefatório, hospedaria, e raras vezes, oratório ou capela; outras destinadas á actividade agrícola¹⁷ como armazéns, estrebarias, ovís, moinhos, lagares, adegas, e tudo o mais indispensável¹⁸.

A organização das granjas aproveitou, certamente, a experiência romana das vilas agrícolas¹⁹, como de resto, também ainda se nota na implantação dos montes alentejanos.

A escassez de informação de carácter documental e a escassez, de uma maneira geral, de estruturas edificadas das granjas, leva-nos a procurar um entendimento das estruturas remanescentes através de uma abordagem interpretativa fundamentada nos conceitos sobre a forma de viver e actuar dos monges cistercienses e a estabelecer comparação com exemplos já estudados de outras granjas.

Estas dificuldades são ainda acentuadas no estudo da Quinta do Granjão em virtude da difícil acessibilidade às estruturas, provocada pela densa vegetação que tomou conta do que resta da área construída, e impediu que, perante os condicionamentos apontados, o estudo arquitectónico da Quinta do Granjão possa atingir, neste momento, a profundidade adequada e é por isso, conduzido tendo em conta a realidade encontrada e o paralelo que se pode estabelecer com as granjas do Mosteiro de Alcobaça, já estudadas.

Granjas do Couto de Alcobaça

passaria a converterse en un priorado, hecho al que era radicalmente opuesto el espíritu cisterciense.”

¹⁵ Dom Maur de Cocheril, *Alcobaça, Abadía Cisterciense de Portugal*, Lisboa, 1989, p. 35

¹⁶ Vicente-Angel Alvarez Palenzuela, *ob. cit.*, p. 53. Este autor é de opinião que as granjas seriam construídas à imagem de pequenos mosteiro, naturalmente que com estruturas mais adequadas ao funcionamento de uma exploração agrícola, senão vejamos : “ Aunque com sensibles diferencias entre ellas las granjas son pequenos monasterios que repiten en esquema la distribución y partes de una verdadera abadía, incluso poseen un oratorio aunque no pueden, como veremos, celebrarse oficios en ellas.”

¹⁷ Pedro Gomes Barbosa, *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Centra*, Lisboa, 1992, p. 140

¹⁸ Dom Maur de Cocheril, *ob. cit.*, p. 27, e M^a del Pilar Rodríguez Suárez y Mercedes Vásquez Bertomen, “ Aproximación a las Granjas de Oseira a la Luz de la Documentación de los Siglos XII-XIV, *Actas do Congresso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia y Portugal*, Vol. I, Ourense, 1992, p.245, onde referem, sobre as estruturas que constituíam uma granja, que : “ Rastreando en los textos se localizan elementos aislados que pueden o no ser comunes a todas elas, aunque es de supor que existan rasgos similares: un edificio donde viven los frailes, más o menos cerca de una iglesia parroquial, almacenes, y unas tierras de cultivo directo (al menos en los primeros tiempos).”

¹⁹ Vitruvius, *ob. cit.*, pp. 183-185

Das granjas já estudadas no antigo Couto de Alcobaça, deparamos com situações diversas :

- povoações que se desenvolveram absorvendo as estruturas das antigas granjas e de que são observáveis raros exemplos de edifícios – veja-se o caso do Bárrio;
- povoações que se desenvolveram justapostas às granjas, deixando quase abandonadas algumas das suas estruturas – vejam-se Póvoa de Cós e Cós;
- granjas que foram o polo de desenvolvimento de povoações e que, por interesse dos proprietários se mantiveram coesas sofrendo adaptações às novas necessidades – como aconteceu na Quinta do Campo;
- granjas nas proximidades das povoações, que por afastamento e novos interesses dos proprietários, reduziram em muito a sua actividade e deixaram de merecer cuidados de conservação – os casos das Quinta do Vimeiro e Vale-de-Ventos;
- granjas nas proximidades de povoações que foram descaracterizadas por actividades diferentes da inicial, dos seus novos proprietários – como sucede no caso da Quinta da Granja – Turquel.

A Ordem de Cister em Portugal – O Mosteiro de S. João de Tarouca

O surgimento da Ordem de Cister em Portugal, está envolto em algumas dúvidas e lendas, que tornam difícil objectivar a data da sua fundação em Portugal²⁰. D. Maur de Cocheril aponta como data de implantação dos monges cistercienses entre nós, cerca de 1144, sem no entanto o poder afirmar com absoluta certeza²¹. Refere que vieram alguns monges de Claraval, enviados por S. Bernardo, e se implantaram na península Ibérica nessa altura. Não atribuindo crédito a uma lenda que mencionava um jovem frade, cheio de entusiasmo, que seguiu D. Afonso Henriques e o ajudou contra as invasões mouras, razão que determinou a generosidade do rei para com os monges²², salienta, antes, que o jovem rei terá encarado com interesse, todos os elementos que pudessem contribuir para valorizar todo o território conquistado, razão que determinou o bom acolhimento da nova Ordem em Portugal²³.

Instalaram-se os monges na região norte do país, onde podiam considerar-se protegidos dos ataques dos mouros, cerca de 1144²⁴. Refere o Padre Miguel de Oliveira, que o mosteiro de Tarouca deve o seu início a uma pequena ermida existente no local, consagrada a S. João Baptista. Afirma que se tivesse

²⁰ Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. I, Porto, s/d, p. 129, onde menciona que os monges cistercienses, habitaram em primeiro lugar o mosteiro de S. João Baptista das Azeiteiras, onde se encontravam quando D. Afonso Henriques lhes fez a doação cerca de 1130. Transferiram-se então para S. João de Tarouca, em 1140, onde receberam posteriormente uma bula de Alexandre III, tomando-os sob a sua protecção.

²¹ Dom Maur de Cocheril, “ L’Ordre de Cîteaux au Portugal – Le Probleme Historique”, *Cidade de Évora*, nº 39/40, Évora, 1957/58, p.141

²² Abade Vasco Moreira, *Monografia do Concelho de Tarouca – História e Arte*, Viseu, 1924, p.

55

²³ Dom Maur de Cocheril, “ L’Ordre de Cîteaux au Portugal – Le Probleme Historique”, *Cidade de Évora*, nº 39/40, Évora, 1957/58, p. 142

²⁴ Maria Alegria Fernandes Marques, “ A Introdução da Ordem de Cister em Portugal”, *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*, Lisboa, 1998, pp. 33-44

origem cisterciense, seria de invocação de Santa Maria, como a maior parte dos cenóbios cistercienses. Esta designação aponta, pois, para uma implantação religiosa anterior aos cistercienses²⁵.

Artur Nobre de Gusmão, considera que a ordem de Cister entrou em Portugal cerca de 1140, tendo então afiliado a Abadia de S. João de Tarouca²⁶.

Anos depois, em 8 de Abril de 1153, D. Afonso Henriques, doou aos monges dirigidos pelo Abade de Claraval, o lugar de Alcobaça, estabelecendo assim a fundação da Abadia de Alcobaça que se tornou a Casa-Mãe da Ordem em Portugal²⁷.

O Papa Alexandre III, concedeu-lhes uma bula em 1163, tomando-os sob a sua protecção e libertando-os do pagamento de dízimos sobre as terras por eles agricultadas²⁸.

Posteriormente, cerca de meio século depois da fundação, já o mosteiro se tinha desenvolvido, de modo a poder considerar-se próspero. O Papa Celestino III, concedeu e aumentou os privilégios que os seus antecessores lhe tinham atribuído²⁹.

Quinta do Granjão

1. Fundação

A notícia mais remota que se encontrou sobre a Quinta do Granjão, remonta a 1188, como consta do Documento 285, inserto na obra *Taroucae Monumenta Historica – Livro das Doações de Tarouca*³⁰ onde, relativamente ao mês de

²⁵ Padre Miguel de Oliveira, Revista Portuguesa de História, nº 5, 1951, p. 327

²⁶ Artur Nobre de Gusmão, *A Real Abadia de Alcobaça*, Lisboa, 1948, p.19. onde refere que “ ... o outro, feito em 1140, é a carta de couto passada ao Mosteiro de S. João Baptista de Tarouca, o primeiro construído pela Ordem, em Portugal. “ Ver também Dom Maur de Cocheril, *Alcobaça, Abadia Cisterciense de Portugal*, Lisboa, 1989, p. 26 e ainda Almeida Fernandes, em *ob. cit.*, nº 83, p. 46

²⁷ Dom Maur de Cocheril, *Alcobaça, Abadia Cisterciense de Portugal*, Lisboa, 1989, p. 25 e Ernesto Korrodi, *Alcobaça - Estudo Historico-Archeológico da Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça*, Porto, 1929, p. 10

²⁸ Fortunato de Almeida, *ob. cit.*, p. 129

²⁹ Fortunato de Almeida, *ob. cit.*, p. 330

³⁰ A. de Almeida Fernandes, *Taroucae Monumenta Historica – Livro das Doações de Tarouca*, p. 237, Documento 285, p. 237

1181, Novembro: *Pedro Pais vende ao mosteiro de S. João de Tarouca, por três soldos a sua «herdade» no couto da Abadia onde chamam São Salvador (f. São João de Tarouca) Granjão karta Petri Pelaiz de hereditate in couto Sancti Salvatoris.*

In Dei nomine. Ego Petrus Pelaiz vobis fratribus Sancti Johannis facio kartam venditionis de hereditate mea propria quam habeo in vestro couto in illo videlicet qui vocatur Sancti Salvatoris quomodo divitur ex una parte cum Carvalia de Prova et ex alia cum Didaco Petri usque in Barosam, quantum ibi habeo. Et accepimus a vobis in pretium .iiij.es solidos, tantum michi bene complacuit et nichil apud vos remansit in debitum. Do et concedo vobis totam ipsam hereditatem ut habeteis in perpetuum. Et si aliquis homo venerit tam de propinquis quam de extraneis qui hoc factum meum irrumpere voluerit sit maledictus et cum juda in inferno citatus et insuper quantum requisierit tantum vobis duplet et domino terre aliud tantum. Facta mense Novembris. Era M.^a CC.^a XIX.^a Ego Pelagii qui hanc kartam iussi facere coram testibus. Pode admitir-se que os monges tenham feito a aquisição desta granja, nessa data, mas pode ter existido um núcleo inicial, coevo da constituição do couto. Deste modo A. de Almeida Fernandes, “Acção dos cistercienses de Tarouca (As granjas nos séculos XII e XIII), Revista de Guimarães, nº 84, 1974 – primeira parte” na p.13, refere que : “ A abadia, certamente decepcionada pela pouca liberalidade de D. Afonso Henriques com ela (liberalidade que a

Novembro surge: *Pedro Pais vende ao mosteiro de S. João de Tarouca, por três soldos a sua «herdade» no couto da Abadia onde chamam São Salvador (f. São João de Tarouca)*³¹.

Sobre a Quinta do Granjão, encontra-se nas *Memórias de Mondim da Beira*, de J. Leite de Vasconcelos³², uma descrição que integrava o Inventário sobre os bens pertencentes ao Mosteiro de S. João de Tarouca, que data de 1834, onde se constata, em termos genéricos, qual a constituição do núcleo construído da antiga granja : « Uma quinta do desctricto de Mondim, toda murada, terras de pão, vinho, árvores de fruto, matas de lenha, pinheiros com casa de residência», capelas, lagar, cortes, denominada Quinta do Granjão – Avaliada em 3.464,400 réis.”

No entanto, a Quinta do Granjão deve ser anterior à primeira data indicada, considerando que o Couto de S. João de Tarouca foi estabelecido em 1140, e o mosteiro ali criou inicialmente três granjas (Brufe, Souto Redondo e S. Salvador posteriormente designada por Quinta do Granjão)³³, e estas granjas não constam da confirmação papal de 1163, naturalmente por estarem incluídas no couto³⁴, constando outras granjas exteriores ao mesmo.

ordem de Cister só conseguiria mais tarde, com Alcobaça), manifesta de facto, logo no início, duas intenções : subsistir economicamente, e daí as constantes aquisições de sua iniciativa, pois nem todos os fiéis a tomavam; e aumentar o seu couto, reunindo ao inicial todos os lugares vizinhos, tanto mais que desde 1152 (DR 238) ficara possuindo o seu, incomparavelmente mais vasto, o vizinho mosteiro de Salzedas. O «chegamento» ao couto facilitou-se depois pelo facto de as granjas claravalenses (cujo rápido e imediato estabelecimento tem nisto mais uma explicação) serem privilegiadas – ou como as tenho dito, *grangiae-cauta*.” Este aspecto demonstra efectivamente a necessidade do alargamento do território pertencente a S. João de Tarouca.

³¹ João Cunha Matos e Rosa Marreiros, “ O Património do Mosteiro Cisterciense de S. João de Tarouca nos Séculos XII e XIII”, *Actas do Congresso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galícia y Portugal*, Vol. I, Ourense, 1992, p. 500, onde mencionam o facto do Mosteiro de S. João de Tarouca, ter efectuado um maior número de aquisições, do que obteve doações; A.M.Balcão Vicente “ Cister em Trás-os-Montes (Sec. XII-XIII)” *II Congresso Internacional sobre El Cister – En Galícia y Portugal*” *Actas do Congresso*, 1998, pp.147-154, C.M. Guardado da Silva “ O temporal do mosteiro de Tarouca”, séculos XII-XIII, *II Congresso Internacional sobre El Cister – En Galícia y Portugal*” *Actas do Congresso*, 1998, pp. 481-485

³² J. Leite de Vasconcelos, *Memórias de Mondim da Beira*, 1933, p. 255, onde refere a Quinta do Granjão, como local de lazer e exploração agrícola, e p. 370, e Abade Vasco Moreira, *Monografia do Concelho de Tarouca – História e Arte*, Viseu, 1924, p. 57, onde faz referência a esta Quinta :” A Quinta do Granjão, a arca grande, a Clausura e o Bacêlo : eis as suas dependencias mais próximas, para recreio dos monges e abastecimento de celeiros e cosinhas”.

³³ A. Almeida Fernandes, *ob. cit.*, nº 83, pp. 17-19

³⁴ Idem, p. 20 e *ob. cit.*, nº 84, 1974, p. 26, onde descreve a localização da Quinta do Granjão : O Granjão ficava abaixo da chamada Carvalha de Prova « Termino de Tarauca in loco qui dicitur Carvalia de Prova super vinea de Granjion»(PMH-I 1077).” A sua desinação no início do século XIII é ainda S. Salvador, como se mantém alguns anos mais tarde, de acordo com Almeida Fernandes, *ob. cit.*, nº 84, 1974, p. 26, onde se encontra : “ Em 1205, ainda a granja tem o primitivo nome, como se encontra na doação de Egas Eanes & Maria Viegas « circa ipsa de Sancto Salvatoris in loco qui dicitur Conqueiro» (LTD 24), nome ainda hoje de um sítio junto do Granjão.” No entanto A. Almeida Fernandes, em *As Dez Freguesias do Concelho de Tarouca*, Braga, 1995, refere na p. 288 que : “ – Dentro do próprio couto inicial, surgiram, por então, a *granja de S. Salvador*, pouco depois começada achamar Granjão, e, ao lado de Mondim, à parte do sul, a *granja de Brufe*.” Esta indicação torna um pouco difícil de definir a data de fundação da Quinta do Granjão. De facto pode ter existido o couto inicial, sem qualquer granja, e mais tarde terem sido fundadas as granjas de S. Salvador e Brufe. Torna-se no entanto estranho que tenham existido outras granjas, iniciadas primeiro que as do próprio couto. Na *ob. cit.*,p. 286 encontramos a indicação de granjas anteriores às atrás mencionadas,

Em 1212 ainda se designava como granja de S.Salvador, tendo o seu nome sido alterado posteriormente para Quinta do Granjão, designação que se manteve até à actualidade³⁵.

2. Implantação

Encontra-se, em local isolado, encostada à margem esquerda do Rio Varosa (Fig. 1), num local em que o mesmo faz uma curva acentuada, fronteira à povoação de Outeiro- Mondim da Beira³⁶. Esta Quinta³⁷, de que se encontra ainda uma parte significativa do muro da cerca, tem uma configuração irregular, numa forma oblonga com a sua maior dimensão medindo cerca de 1100 m, no sentido Nordeste-Sudoeste, e a menor dimensão, no sentido perpendicular a este variando de 100 a 500 m (Fig. 2).

É um terreno com um declive bastante acentuado, em que as cotas variam de 490 m junto ao rio a 610 m na parte mais elevada da Quinta.

A parte edificada desta Quinta (Fig. 3), situa-se a uma cota de cerca de 540 m, numa posição intermédia no sentido da sua maior dimensão, entre duas linhas de água que se conjugam antes de atingir o Rio Varosa.

O conjunto de edifícios encontra-se num espaço de pequeno declive próximo da parte Sul do muro da cerca, em ligação com o caminho que devia conduzir ao Mosteiro.

Parece notar-se ter havido poucos trabalhos de nivelamento do terreno para a implantação do pátio. Para aproveitar ao máximo a plataforma existente o edifício de habitação está implantado no limite desta plataforma, onde nasce a fachada virada ao pátio, orientada a Sudoeste, com a altura de um só piso e a fachada oposta, virada para o rio vence o desnível com a altura de dois pisos, dos quais apenas o correspondente ao já referido, tem utilização visível.

Solução semelhante do aproveitamento máximo de plataformas naturais, encontramos na Quinta de Vale-de-Ventos pertencente ao Mosteiro de Alcobaça, em que o edifício de habitação segue o mesmo princípio construtivo³⁸, revelando a competência destes construtores (Figs. 4, 5, 6 e 7).

3. Conjunto edificado

Não se conhece com precisão qual terá sido a constituição do conjunto edificado da Quinta do Granjão, embora o inventário de 1834, respeitante aos

remontando a 1163-1193. Trata-se certamente de um aspecto que seria interessante esclarecer.

³⁵ A. Almeida Fernandes, *ob. cit.*, nº 84, p.26, Onde faz referência à Quinta do Granjão :” Em 1212, finalmente, menciona-se « *Petrus Ordonii erat grangiarius in grangia Sancti Salvatoris* » (LTD 21). Pedro Ordonhes há-de ser um frade da abadia encarregado da direcção da granja, mas não propriamente um « *magister grangiae* » : basta a diferença de designação – *magister e grangiarius*.”

³⁶ João Maria Baptista, *Chorographia Moderna do Reino de Portugal*, Vol. III, Lisboa, 1875, p. 432, “ Compr.e esta F. os log.es de Mondim de baixo e Mondim de Cima, que constituem a Vª de Mondim, segundo se collige da E.P., o L. de Almofala; e as q.tas de Alvarinho e Granjão.”

³⁷ A. Almeida Fernandes, *ob. cit.*, nº 84, p.26 e Abade Vasco Moreira, *Monografia do Concelho de Tarouca – História e Arte*, Viseu, 1924, p. 136, onde se refere à Quinta do granjão como uma feitoria dos monges.

³⁸ Maria do Céu Simões Tereno, “ Arquitectura das Granjas Cisterciense do Mosteiro de Alcobaça – A Quinta de Vale-de-Ventos – Uma Granja do Século XVIII”, terminado em Abril de 2002, e aceite para publicação na *Revista Cistercium*.

bens do Mosteiro de S. João de Tarouca³⁹, refira a existência de : “...«casa de residência», capelas, lagar, cortes...”.

A dimensão da granja, o tipo de culturas, o tipo de estruturas perceptíveis à distância a que se encontra do mosteiro levam-nos a considerar que esta, nos termos definidos por Almeida Fernandes, seria uma granja de tipo inferior, portanto sem intervenção na área cultural e sem necessidade de dispor de capela⁴⁰.

As três primeiras granjas situavam-se no couto inicial, de reduzidas dimensões, e, por isso, nas proximidades do Mosteiro. Parece assim, que não satisfariam as condições que a Ordem estabeleceu para a criação de capelas nas granjas, isto é, a sua dimensão e finalidade não justificariam a colocação de mestres granjeiros, para aí exercerem também a função cultural, e a distância de cerca de 2 Km a que esta se encontrava do mosteiro, permitia com facilidade a deslocação dos monges e irmãos conversos para assistirem às cerimónias religiosas no Mosteiro.

Apesar disto não se põe em causa a existência de capela ou capelas, mas dados os condicionamentos já referidos, não nos foi possível proceder à sua identificação.

Nas ruínas existentes, pode reconhecer-se o edifício que seria de habitação com planta em L (Fig. 8), um pátio rectangular revestido a lages de granito (possível eira), um pequeno edifício com duas divisões, a Sul do edifício anterior, e mais um espaço, em que através da vegetação se notam algumas restos de paredes.

Estes dois últimos espaços a que não foi possível aceder pelas dificuldades já apontadas, não pode ainda atribuir-se-lhes uma função específica. Em consequência, o estudo apenas pode incidir sobre o edifício que se admite ter sido de habitação.

Nesta primeira abordagem não foi possível distinguir qualquer edifício de proveniência medieval. O edifício de habitação, de que há vestígios mais nítidos, poderemos situá-lo em época de transição do século XVII para o século XVIII.

Esta observação apoia-se não só nos elementos arquitectónicos visíveis, mas também na noção de que a Ordem de Cister sofreu vicissitudes no período medieval, e recuperou depois de ser instaurada a Congregação Autónoma Portuguesa⁴¹, após pedido formulado, em 1567, pelo Cardeal Infante D. Henrique, e concedido pelo Papa Pio V dando a autonomia dos monges cistercienses de Portugal em relação à Abadia-Mãe da Ordem.

³⁹ J. Leite de Vasconcelos, *ob. cit.* p. 370, e Ricardo Teixeira, “Arqueologia dos espaços cistercienses no Vale do Douro”, *Cister no Vale do Douro*, Porto, 1999, p. 239, onde para além dos edifícios mencionados no Inventário atrás referido, menciona vários edifícios destinados a armazenamento, de produtos e alfaias agrícolas, celeiros e estábulos.

⁴⁰ Ricardo Teixeira, *ob. cit.*, p. 239, e A. de Almeida Fernandes, “Acção dos cistercienses de Tarouca (As granjas nos séculos XII e XIII)”, *Revista de Guimarães*, nº 84, 1974 – primeira parte”, p. 25, onde menciona as granjas que considerava inferiores : “Esta mesma granja de Brufe, tal como a de Souto Redondo, carece da importância das demais, pertencendo, pois, ao tipo que já qualifiquei de «inferior»: era uma espécie de herdade cultivada pelos próprios frades. Isto sucede ainda com a outra do couto, deles vizinha como essa e da outra banda do rio, - aquela que foi chamada de S. Salvador, nome substituído, no séc.XIII (primeira metade), pelo de Granjão, que ainda o local tem.

Que os próprios monges faziam nelas os trabalhos agrícolas provam-no doações destinadas a dispensá-los deles.”

⁴¹ Dom Maur de Cocheril, *Alcobaça, Abadia Cisterciense de Portugal*, Lisboa, 1989, p. 33

Trata-se de um edifício construído em alvenaria de granito aparelhado, de planta em L, como já foi referido, de um piso, como se observa nos seus alçados Sudoeste e Sueste (Figs. 9 e 10). Nos alçados exteriores, opostos a estes, para vencer o desnível observa-se uma altura correspondente a dois pisos, embora as fenestrações e outros vãos existam apenas no piso já identificado nos alçados anteriores, sendo cegas o resto das paredes até às fundações.

Os edifícios que podem considerar-se de maior interesse, situam-se em redor de um pátio. É o que encontramos nas Quintas do Campo⁴² (Figs. 11 e 12) em Valado dos Frades e Quinta da Granja em Turquel⁴³ (Fig. 13) e nas Quintas do Vimeiro⁴⁴ (Fig. 14) no local do mesmo nome, e de Vale-de-Ventos⁴⁵ (Fig. 15), em Turquel. Parece haver um traço comum na implantação dos edifícios, se bem que não estejam dispostos do mesmo modo. Na Quinta do Campo, o pátio é um quadrilátero de grande dimensão, e os edifícios organizam-se formando um U. Na Quinta de Vale-de-Ventos o pátio é um rectângulo bastante alongado, e os edifícios têm já uma configuração diversa, formando no topo Noroeste, a maior massa construída. Quanto à Quinta da Granja (Turquel), o edificado desenvolve-se em torno de um pátio cuja figura geométrica base é um polígono irregular. No caso em estudo, a Quinta do Granjão tem um pátio delimitado a Noroeste e Nordeste, pelo edifício de habitação, e a Sudoeste por um pequeno edifício e por vestígios do que terá sido uma fonte.

Como já foi referido o edifício de habitação tem planta em L, orientado a Noroeste – Nordeste.

O edifício de habitação da Quinta do Vimeiro, tem também planta em L, estando o seu corpo principal orientado para Sudeste.

Todo o edifício é construído com alvenaria de granito aparelhado, e a forma como a pedra foi utilizada faz-nos lembrar a esterotomia da pedra que foi utilizada na porta dos Leões em Micenas, cerca do século XIII A.C.. As molduras dos vãos estão esculpidas em pedras com dimensão que as excede e que fazem parte da estrutura da parede (Fig. 16). A História mostra-nos que soluções construtivas válidas utilizadas em épocas mais recuadas não se perdem e continuam a ser utilizadas. As coberturas eram de telha de aba e canudo, e as portadas e portas de que ainda encontramos vestígios são de madeira.

A distribuição interna do edifício segue uma tipologia, a que parece corresponder uma divisão por cada conjunto de janelas correspondentes nos alçados opostos. Estas divisões parece comunicariam por portas no mesmo enfiamento. Tivemos acesso, através da porta, aberta no alçado orientado a

⁴² Maria do Céu Simões Tereno, “ Arquitectura das Granjas Cisterciense do Mosteiro de Alcobaça – Quinta do Campo (Antiga Granja de Valado dos Frades) – Uma Escola Agrícola Medieval”, terminado em Dezembro de 2001, e aceite para publicação na *Revista Cistercium*.

⁴³ *Idem*, “ Arquitectura das Granjas Monásticas do Mosteiro de Alcobaça-Apontamentos sobre a Arquitectura e Organização Funcional da Antiga Granja de Turquel e Quinta da Granja”, *Revista Cistercium*, Outubro-Diciembre 2001, nº 225, Ano LIII.

⁴⁴ *Idem*, “ Arquitectura das Granjas Monásticas do Mosteiro de Alcobaça-Apontamentos sobre a Arquitectura e Organização Funcional da Granja do Vimeiro”, *Revista Cistercium*, Julio-Septiembre 2001, nº 224, Ano LIII.

⁴⁵ *Idem*, “ Arquitectura das Granjas Cisterciense do Mosteiro de Alcobaça – A Quinta de Vale-de-Ventos – Uma Granja do Século XVIII”, terminado em Abril de 2002, e aceite para publicação na *Revista Cistercium*.

Sudoeste, à primeira divisão da habitação (Fig. 17), e encontramos uma janela com dois bancos adjacentes (Fig. 18), também de alvenaria de granito. Nesta divisão abrem-se no alçado interior orientado a Noroeste, três vãos, colocados simetricamente em relação ao alçado, sendo o central, de maior dimensão do que os que o ladeiam (Fig. 19). No alçado orientado a Sudeste, existe apenas um vão, pelo qual nos podemos aperceber do mau estado de conservação do pavimento, e da vegetação que entretanto tomou conta do conjunto. Dado o mau estado de conservação, e a vegetação densa que referimos, não nos foi possível, nesta primeira abordagem, fazer uma visita completa do interior da habitação (Fig. 20).

No que respeita aos alçados, vamos iniciar a sua descrição pelo alçado que consideramos como o principal, cuja orientação é Nordeste, e está totalmente voltado para o rio, desfrutando de uma paisagem de grande beleza. E neste alçado (Fig. 21) abrem-se seis janelas, quase quadrangulares, com uma disposição igualmente distribuída entre espaços cheios e vazios, proporcionando uma visão muito harmónica. As janelas situam-se bastante próximo do beirado deixando a parte inferior deste alçado, sem quaisquer vãos. As molduras das janelas, como já foi referido, são esculpidas no granito, e por esta razão integram a própria parede. Esta solução foi utilizada em todo o edifício.

De um modo geral todos os edifícios das granjas já estudadas, apresentam molduras de portas e janelas, de pedra, tal como se vê também na Quinta do Vimeiro⁴⁶ (Fig. 22). Na região de Alcobaça, o material utilizado foi quase sempre o calcário, enquanto que em Tarouca, naturalmente se empregou o material que abunda na região, o granito. Em termos de semelhanças arquitectónicas, temos o desenho dos vãos, e isto observa-se na Granja do Bário⁴⁷ (Fig. 23), se bem que muito mais elaboradas, neste caso, e ainda no antigo Lagar dos Frades⁴⁸ (Figs. 24 e 25), em Ataíja de Cima, onde o trabalho escultórico é ainda de melhor qualidade.

Em termos arquitectónicos, apresenta algumas semelhanças, por exemplo com a Quinta de Vale-de-Ventos (Figs. 6 e 7), salvaguardando a diferença de materiais empregues, no que respeita à igual distribuição do alçado principal da habitação, como se pode ver na figura 21 .

O alçado orientado a Noroeste (Figs. 26 e 27), apresenta três vãos semelhantes ao anteriormente descrito, no mesmo alinhamento, com a mesma dimensão, e igualmente dispostos entre si. Podemos considerar que neste alçado, foi criado um eixo, mas não de simetria, definido pela chaminé de grandes dimensões, de cujo lado esquerdo se encontram os vãos já descritos, e no lado direito, duas pequenas frestas, semelhantes a seteiras (Fig. 29), e igualmente espaçadas, relativamente à chaminé e, que iluminam o interior (Fig. 28).

A Sudoeste temos um alçado lateral (Figs. 30 e 31), onde não existem vãos, alçado a que foi justaposto um pano de alvenaria de granito, mas de

⁴⁶ Maria do Céu S. Tereno, "Arquitectura das Granjas Monásticas do Mosteiro de Alcobaça – Notas sobre a Arquitectura e Organização Funcional da Granja do Vimeiro", *Revista Cistercium*, Julio - Septiembre, 2001, nº 224, pp. 587-597

⁴⁷ *Idem*, "Arquitectura das Granjas Monásticas do Mosteiro de Alcobaça – A Granja do Bário", *Revista Cistercium*, Octubre-Diciembre 2001, nº 225, Año LIII.

⁴⁸ *Idem*, "Breve Notícia Sobre o Antigo Lagar dos Frades em Ataíja de Cima (Alcobaça), *Revista Cistercium*, Julio-Septiembre 2001, nº 224, Año LIII

pedra não aparelhada, sugerindo nitidamente, um acrescento posterior. Este pano de parede encontra-se parcialmente em ruínas (Figs. 32 e 33).

Orientado a Sudeste, temos um alçado constituído por um alpendre, cujo telhado e pavimento está praticamente em ruínas, onde existem escadas, de blocos maciços de granito, permitindo o acesso à Quinta (Fig. 36). Neste alpendre, rasga-se um vão de acesso ao interior da habitação (Fig. 37).

Na parte do edifício que delimita o pátio, temos o alçado orientado a Sudoeste (Fig. 34), onde com um pé direito não muito elevado, se situa o vão de acesso à habitação. Sensivelmente distribuídos com espaçamento semelhante, abrem-se mais três vãos/janelas, uma das quais entaipada.

Quanto ao alçado orientado a Sudeste (Fig. 35), nele se abrem três portas, e pode considerar-se que estão distribuídas segundo um eixo de simetria central, definido por uma das portas. Pela porta próxima da conjugação dos dois alçados, tivemos acesso a uma dependência, onde se situa a grande lareira, cuja chaminé de grandes dimensões, identificamos anteriormente (Fig. 38).

Conclusão

A pesquisa que foi possível realizar na Quinta do Granjão, nas condições em que actualmente se encontra, não nos permitiu respostas a várias questões que se levantaram nos estudos da arquitectura das granjas.

Procuramos preencher algumas lacunas estabelecendo comparação com granjas e quintas já estudadas pertencentes ao Mosteiro de Alcobaça.

A acção dos monges cistercienses na estruturação das granjas é indiscutível, mas os raros vestígios existentes, como já assinalámos no estudo das Granjas do Bário⁴⁹ e de Cós e Póvoa de Cós⁵⁰, das Quintas do Vimeiro⁵¹, da Granja em Turquel⁵² e de Vale-de-Ventos também em Turquel⁵³, e do Campo, em Valado de Frades⁵⁴, não nos permitem aperceber, de forma segura, do conceito orientador seguido para a implantação e organização das diversas estruturas. Esta mesma circunstância se constata relativamente à Quinta do Granjão, acentuada pelos condicionamentos de acesso já referidos.

⁴⁹ Maria do Céu S. Tereno, "Arquitectura das Granjas Monásticas do Mosteiro de Alcobaça – A Granja do Bário", *Revista Cistercium*, Outubro –Diciembre, 2001, nº 225, pp.773-782.

⁵⁰ Maria do Céu S. Tereno, "Le Antiche Grange Monastiche di Cós e di Póvoa di Cós. Appunti Sulla Loro Architettura", *Rivista Cistercense*, Anno XVIII –1 Gennaio-Aprille 2001, pp. 79-92

⁵¹ Maria do Céu S. Tereno, "Arquitectura das Granjas Monásticas do Mosteiro de Alcobaça – Notas sobre a Arquitectura e Organização Funcional da Granja do Vimeiro", *Revista Cistercium*, Julio - Septiembre, 2001, nº 224, pp. 587-597

⁵² *Idem*, "Arquitectura das Granjas Cistercienses do Mosteiro de Alcobaça –Apontamentos sobre a Arquitectura e Organização Funcional Antiga Granja de Turquel e Quinta da Granja", *Revista Cistercium*, Outubro –Diciembre, 2001, nº 225, pp. 783-801.

⁵³ *Idem*, "Arquitectura das Granjas Cisterciense do Mosteiro de Alcobaça – A Quinta de Vale-de-Ventos – Uma Granja do Século XVIII", terminado em Abril de 2002, e aceite para publicação na *Revista Cistercium*.

⁵⁴ *Idem*, "Arquitectura das Granjas Cistercienses do Mosteiro de Alcobaça - Quinta do Campo - Antiga Granja de Valado dos Frades – Uma Escola Agrícola Medieval " 2002, aceite para publicação na *Revista Cistercium*.

Considerando a acção pedagógica dos monges no âmbito da exploração agrícola, ao longo dos tempos, parece admissível que os seus conceitos viessem a encontrar-se também em propriedades não criadas por eles. Fizeram sempre os ajustamentos necessários.

É isso que nos parece reconhecer nos conjuntos edificados das Quintas adquiridas pelo Mosteiro de Alcobaça no século XVIII.

Assim :

- Os edifícios de maior importância organizam-se em torno de um pátio, como se nota na Quinta do Campo (Fig. 12), Quinta do Vimeiro (Fig. 14) e Quinta da Granja em Turquel (Fig. 13); e também se admite na Quinta do Granjão.
- Para melhor acompanhamento e controlo das actividades de produção do azeite ou do vinho os lagares ficavam instalados no mesmo edifício destinado a habitação, como acontece na Quinta de Vale de Ventos (Fig. 15), na Quinta do Vimeiro e no Antigo Lagar dos Frades em Atáíja de Cima ; não foi possível identificar a localização de um lagar.
- Os seus conhecimentos desenvolvidos no âmbito da hidráulica levaram os monges a criar estruturas para esse fim, como se observa na Quinta do Campo e na de Vale de Ventos; a existência de restos de um tanque ou fonte permite admitir que tenha sido realizado algum trabalho nesta área.
- A organização em pátio, como se nota nas quintas mencionadas, além do controlo, favoreciam também a segurança das pessoas e bens da Quinta.
- Nas quintas, tal como nas granjas, a uma distância apreciável do mosteiro que dificultava a deslocação dos monges e irmãos conversos, bem como de outros trabalhadores, ao Mosteiro para assistirem às cerimónias dominicais⁵⁵, eram construídas capelas, como se verificou na Quinta do Campo que dispunha de capela em 1782⁵⁶, destruída depois de 1834, e na Quinta de Vale-de-Ventos que ainda mantém o edifício; embora existam referências a capela, não foi possível localizar qualquer estrutura desse tipo na Quinta do Granjão.

Admite-se que a continuação de estudos desta natureza, permitam desenvolver e consolidar os conceitos que já foi possível extrair das apreciações até agora realizadas sobre o sistema organizacional das edificações das quintas, adoptado pelos monges cistercienses.

Admite-se também que o mesmo venha a suceder quanto à sua linguagem arquitectónica.

*Professora Auxiliar

⁵⁵ As granjas e quintas deviam situar-se a uma distância, que permitisse aos monges poderem assistir semanalmente aos serviços religiosos, tal como estava determinado nos Estatutos (da Ordem) anteriores a 1134, inclusos em Aires A. Nascimento, *Cister – Documentos Primitivos*, Lisboa, 1999, p. 82, onde referindo-se à posse de animais se encontra no ponto V : “ Para os domesticar, manter e guardar, seja perto seja longe, podemos ter granjas, que serão guardadas pelos conversos contanto que não fiquem a mais de um dia de caminho.” E ainda p. 85, com referência à distância que devia ser estabelecida entre as diversas granjas.

⁵⁶ Maria do Céu Simões Tereno “Arquitectura das Granjas Cistercienses do Mosteiro de Alcobaça - Quinta do Campo - Antiga Granja de Valado dos Frades – Uma Escola Agrícola Medieval “ 2002, aceite para publicação, onde se incluem excertos do Tombo realizado nessa data, que assinala precisamente a existência da capela referida.

Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico
Universidade de Évora
Portugal

Nota : Todos os elementos gráficos que ilustram o texto, foram desenhados pela autora. Todas as fotografias, com exceção da figura 3 e 11(esta foi gentilmente cedida pelo proprietário da Quinta do Campo), são também da autora.



Fig. 1 – Carta Militar na escala de 1/25000, com indicação da Quinta do Granjão, pertencente ao Mosteiro de S. João de Tarouca.

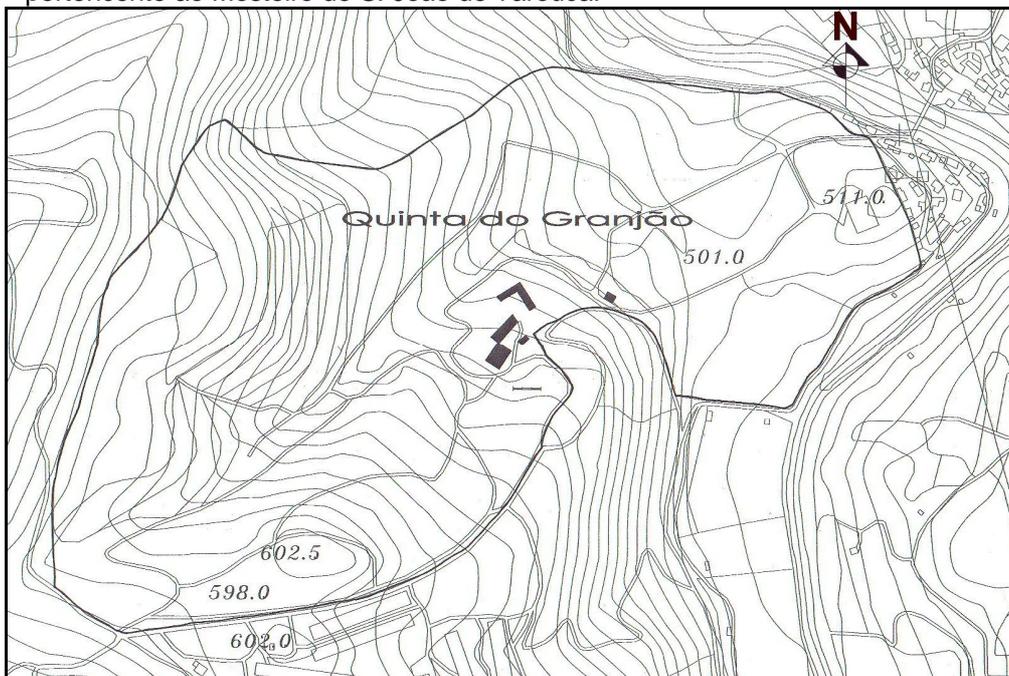


Fig. 2 - Quinta do Granjão - S. João de Tarouca, indicação do perímetro da cerca da antiga quinta, e do núcleo construído.



Fig. 3 - Quinta do Granjão - S. João de Tarouca – Aspecto geral da Quinta em 1995, em fotografia inserta em *As Dez Freguesias do Concelho de Tarouca*, de Almeida Fernandes.



Fig.4 – Quinta do Granjão - S. João de Tarouca, vista geral do conjunto.



Fig.5 – Quinta do Granjão - S. João de Tarouca, vista geral do alçado Nordeste.



Fig.6 – Quinta de Vale-de-Ventos - Alcobaca, vista geral do conjunto da antiga Quinta.

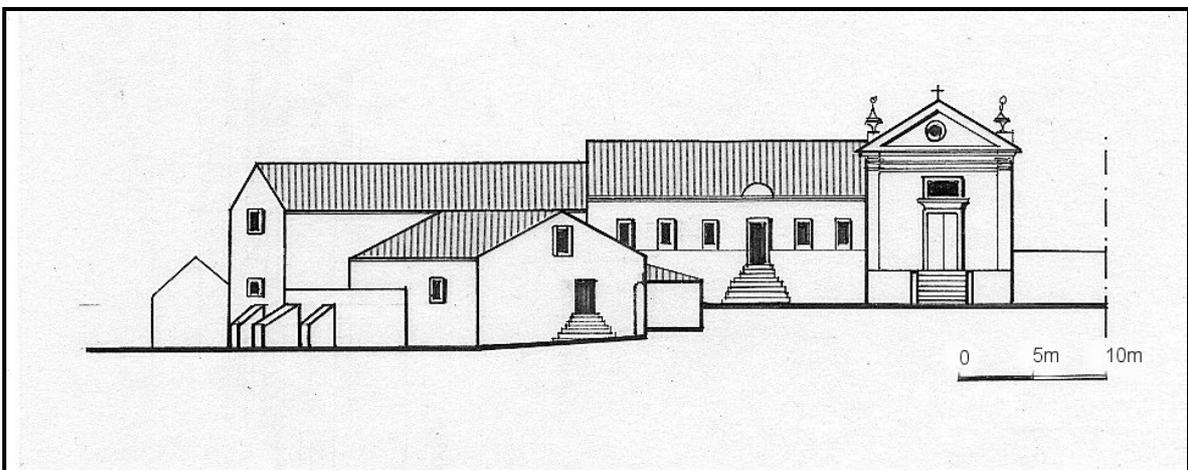


Fig.7 – Quinta de Vale-de-Ventos - Alcobaca, alçado do conjunto da antiga Quinta.

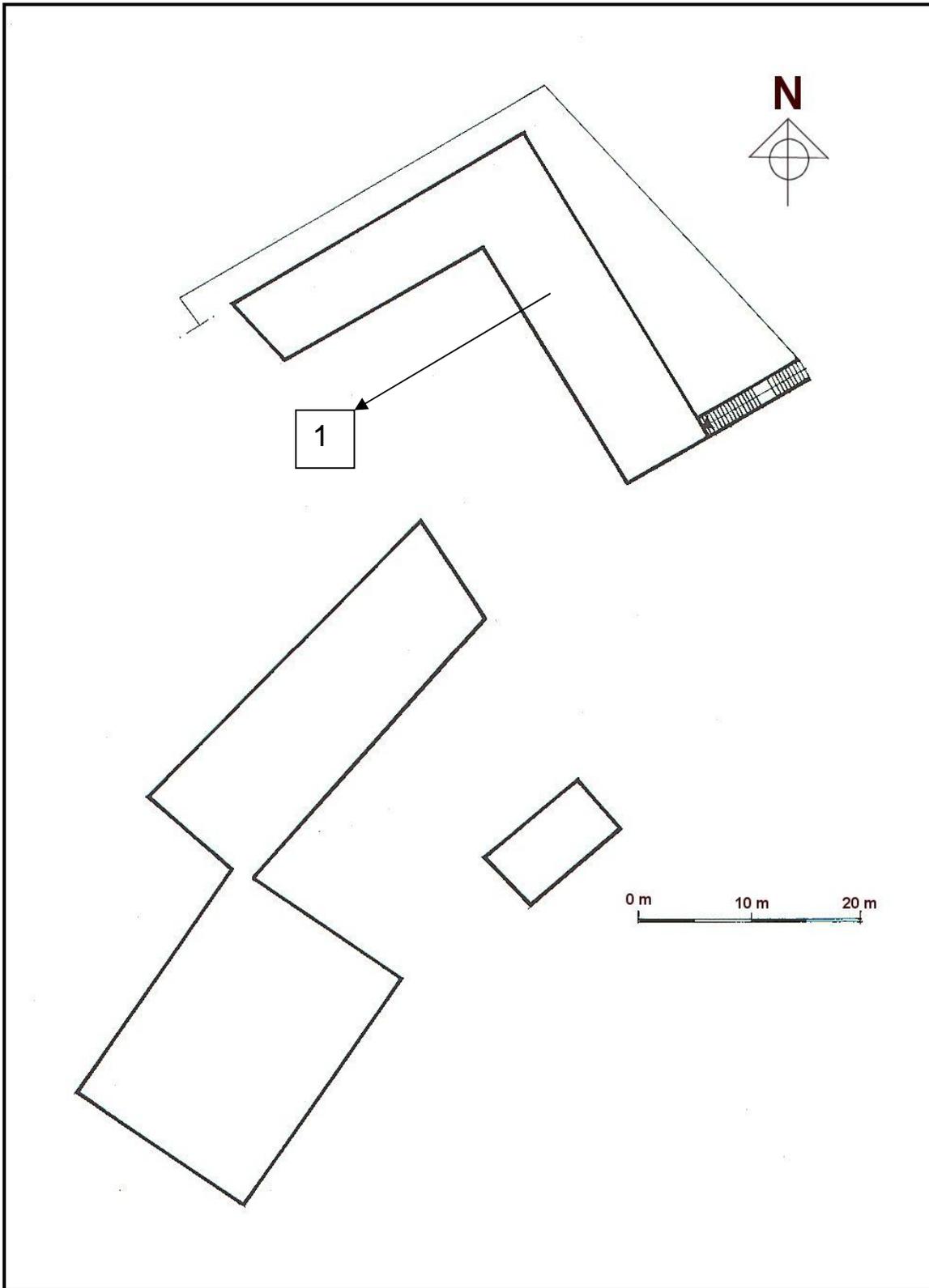


Fig. 8 - Quinta do Granjão - S. João de Tarouca, planta do conjunto edificado, em escala aproximada de 1/500.

Legenda

- 1.** Edifício de habitação



Fig. 9 - Quinta do Granjão - S. João de Tarouca, alçado interior Sudoeste.



Fig. 10 - Quinta do Granjão - S. João de Tarouca, alçado interior Sudeste.



Fig. 11 – Quinta do Campo – Valado dos Frades, vista global do conjunto dos edifícios da antiga granja.

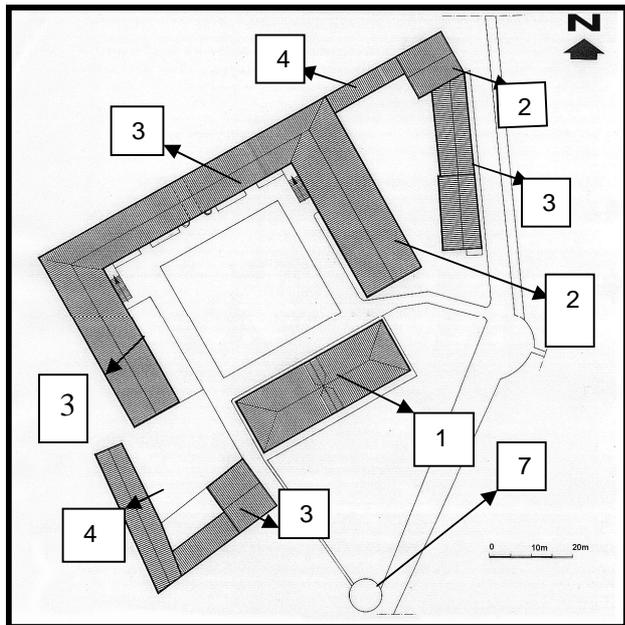


Fig. 12 – Quinta do Campo – Valado de Frades.

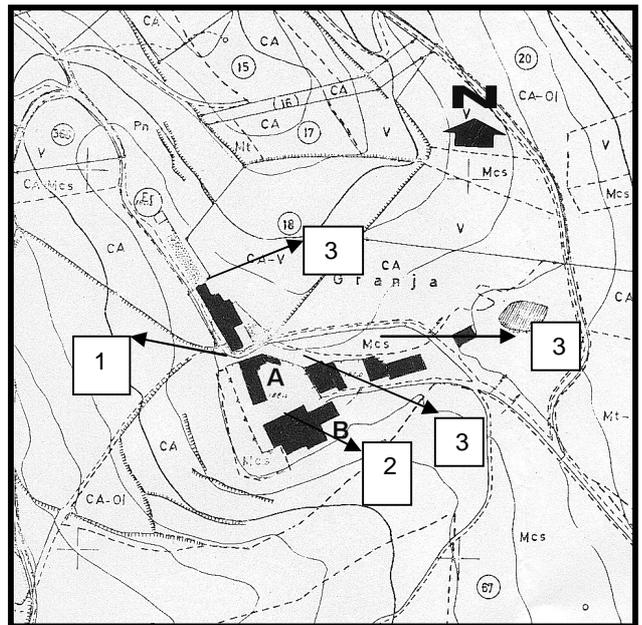


Fig. 13 – Quinta da Granja – Turquel.

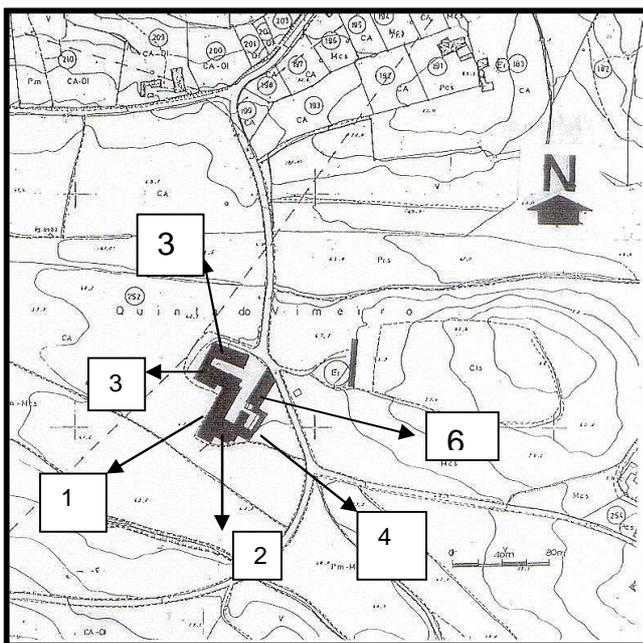


Fig.14 – Quinta do Vimeiro - Vimeiro. Vale-de-Ventos -

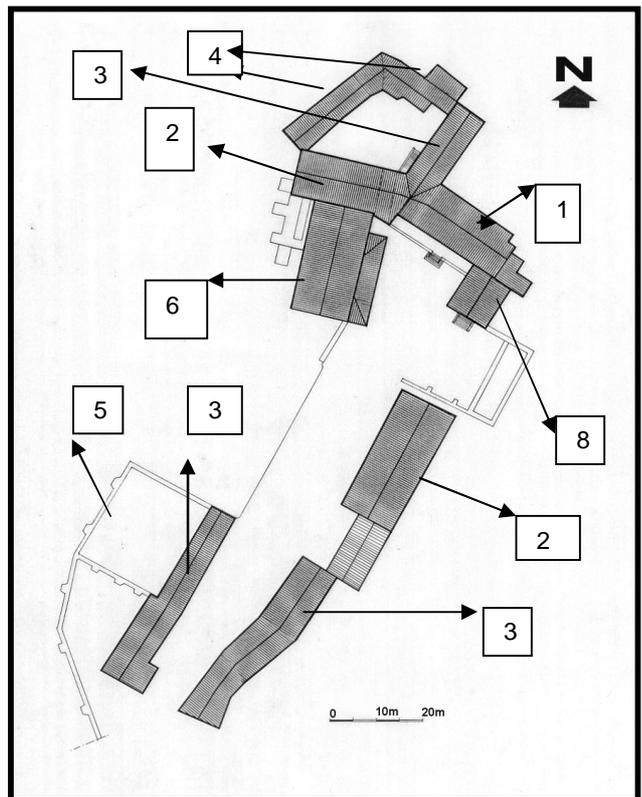


Fig. 15 – Quinta de Turquel.

LEGENDA

- | | |
|-------------------------------|-----------------|
| 1. Habitação | 5. Eira |
| 2. Lagar de vinho ou azeite | 6. Celeiro |
| 3. Armazéns de natureza vária | 7. Forno de pão |
| 4. Estábulos | 8. Capela |



Fig. 16 - Quinta do Granjão - S. João de Tarouca, vista do trabalho das molduras das janelas, do alçado Nordeste.



Fig. 17 - Quinta do Granjão - S. João de Tarouca, vista da porta de acesso do alçado Sudoeste.



Figs. 18 e 19 - **Quinta do Granjão** - S. João de Tarouca, vista do interior da dependência a que foi possível aceder.

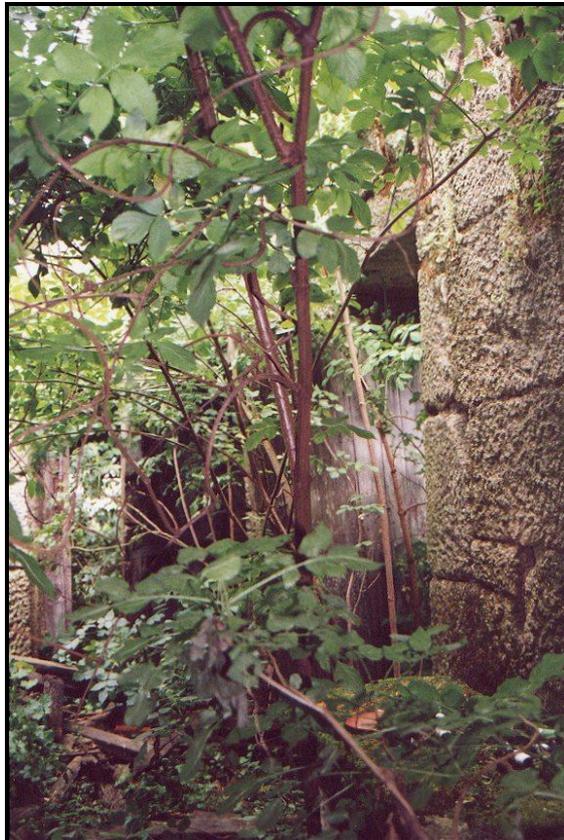


Fig. 20 - **Quinta do Granjão** - S. João de Tarouca, vegetação que dificultou o acesso ao interior da habitação.

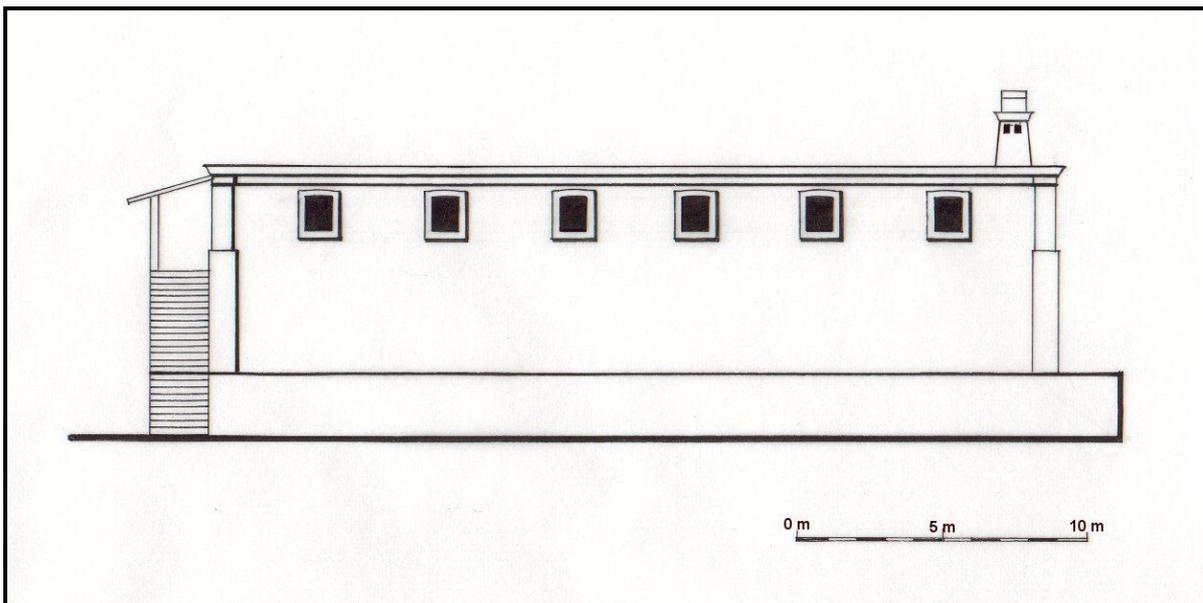


Fig. 21 - Quinta do Granjão - S. João de Tarouca, alçado principal do edifício de habitação.



Fig. 22 - Quinta do Vimeiro – Alcobaça, visto global do conjunto da quinta.

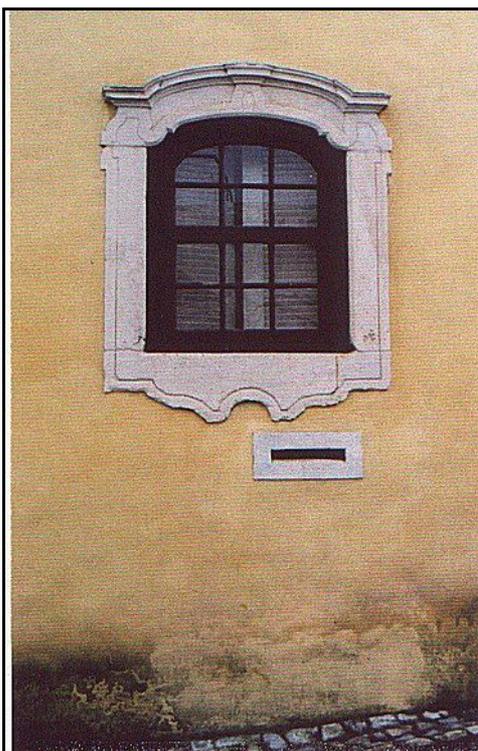


Fig. 23 – Antiga Granja do Bário (Alcobaça), vista de uma das janelas.



Fig. 24 – Antigo Lagar dos Frades (Ataíja Cima- Alcobaça), vista de janelas.



Fig. 25 - Antigo Lagar dos Frades (Ataíja Cima- Alcobaça), vista do alçado principal do lagar.



Fig. 26 - Quinta do Granjão - S. João de Tarouca, vista do alçado Noroeste.

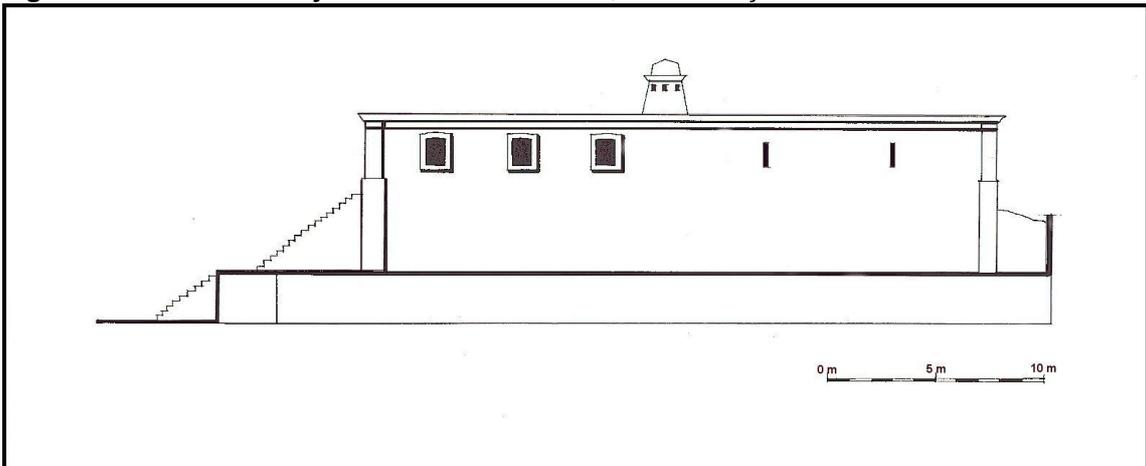


Fig. 27 - Quinta do Granjão - S. João de Tarouca, alçado Noroeste.



Fig. 28 - Quinta do Granjão, vista da chaminé.



Fig. 29 - Quinta do Granjão, vista interior de uma fresta.

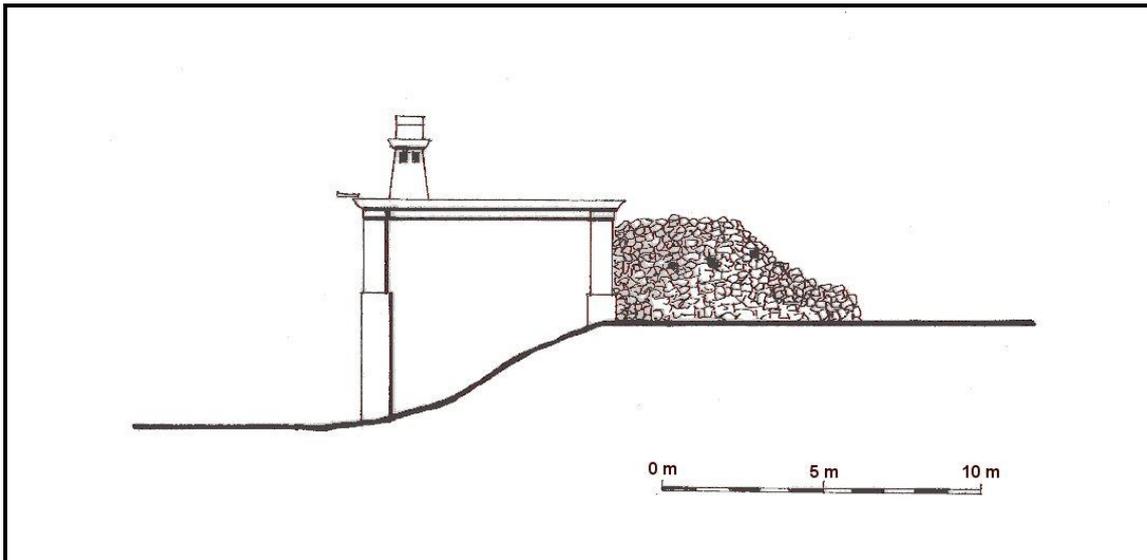


Fig. 30 - Quinta do Granjão - S. João de Tarouca, alçado Sudoeste.



Fig. 31 - Quinta do Granjão - S. João de Tarouca, alçado Sudoeste.



Figs. 32 e 33 - Quinta do Granjão - S. João de Tarouca, alçado Sudoeste, e pano de alvenaria em ruínas.

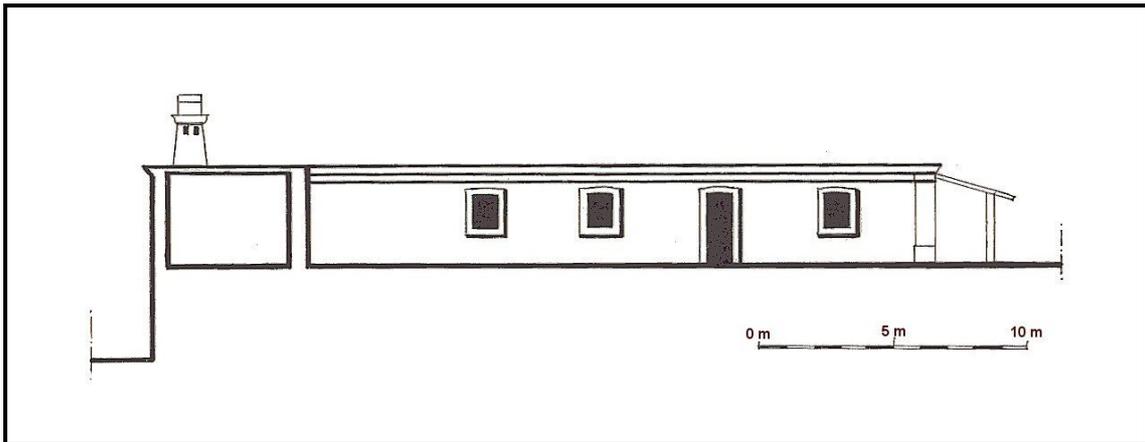


Fig.34 - Quinta do Granjão - S. João de Tarouca, alçado interior Sudoeste.

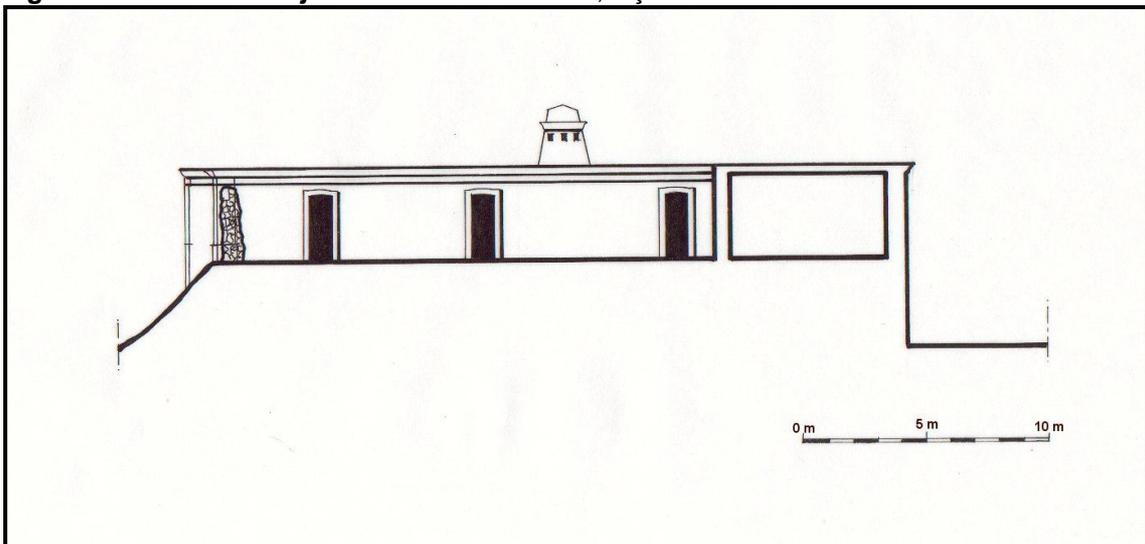


Fig. 35 - Quinta do Granjão - S. João de Tarouca, alçado interior Sudeste.



Fig. 36 - Quinta do Granjão - S. João de Tarouca, escada de acesso ao edifício de Habitação.



Fig. 37 - Quinta do Granjão, porta no alpendre de acesso ao interior.